

ATA N.º 2/2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE SOR, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

----Aos vinte e três dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, e sendo vinte horas e trinta minutos, compareceram no Edifício dos Paços do Município de Ponte de Sor, sito no Campo da Restauração, em Ponte de Sor, os (as) Senhores (as): Fernando de Oliveira Rodrigues; Manuel António Cardoso Dias Andrade; Maria do Carmo da Silva Fortes Soares; João Pedro Xavier Abelho Amante; Rui Jorge Dias Figueira de Sousa; Alex Conceição Silva; Fernando Manuel Graça d'Albuquerque; António Correia Constantino; César Manuel Toucinho Baixito; Sandra Maria Prates Lopes; João Miguel Ramos Alves Serra; Joaquim Augusto Guiomar Lizardo; Sónia Maria Prates Sequeira; Fábio Miguel dos Santos Mendes; Fernando Manuel Branco Rodrigues; Nuno Jorge Pinto de Castro; Mónica Simaura Martins Vital; José Manuel dos Santos, Presidente da Junta da União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor; Joaquim Manuel de Oliveira Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Montargil; José Manuel Rebocho Esporeta, Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Arrão e António Ricardo Nunes Eusébio, que substituiu a Senhora Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Presidente da Junta de Freguesia de Galveias, no sentido de realizarem a vigésima sessão da Assembleia Municipal de Ponte de Sor, no novo mandato deste Órgão Autárquico, eleito através do ato eleitoral para as Autarquias Locais, realizado no passado dia vinte e seis (26) de setembro do ano de dois mil e vinte e um (2021).-----

-----Faltas: Faltaram por razões pessoais e/ou profissionais os Senhores (as) Manuel Marques Cunha; José António Pereira da Costa; Lisete Maria Henriques Fragoso; Helena Maria Gomes de Almeida e Pedro Miguel Martins Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Longomel, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, justificar as referidas faltas.-----

-----Estiveram igualmente presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hugo Luís Pereira Hilário e os Senhores Vereadores Rogério Eduardo Correia da Silva Alves; Luís Manuel Jordão Serra; Ana Rosa Nunes Alves Mendes; Sérgia Marina Andrade

Handwritten signatures in blue ink:
1. A signature that appears to be "Rui Jorge" (likely Rui Jorge Dias Figueira de Sousa).
2. A signature that appears to be "João Pedro" (likely João Pedro Xavier Abelho Amante).
3. A signature that appears to be "Alex" (likely Alex Conceição Silva).

Bettencourt Martins; Eduardo Miguel Oliveira Alves e Isidro Carvalho da Rosa.-----

----Também estiveram presentes na sessão, a Diretora do Departamento de Finanças e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Ponte de Sor, a Senhora Maria Adelaide Feitinha da Silva Rosa; a Senhora Sandra Isabel Silvério Dias, representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponte de Sor, bem como, o Sr. Carlos Grenha em representação da empresa Oliveira Reis & Associados, SROC – Revisor Oficial de Contas.-----

----Depois de constituída a respetiva Mesa, com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Fernando de Oliveira Rodrigues; o Senhor Manuel António Cardoso Dias Andrade, como Primeiro Secretário e a Senhora Maria do Carmo da Silva Fortes Soares, como Segundo Secretário, assim como, se ter verificado a existência de Quórum, deu-se início à referida sessão ordinária, que para o efeito havia sido convocada.-----

----Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, da respetiva sessão ordinária da Assembleia Municipal.-----

----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a intervir **para colocar à apreciação e votação a Ata número um barra dois mil e vinte e cinco (2025), relativa à sessão ordinária realizada no dia vinte e oito (28) de fevereiro de dois mil e vinte e cinco (2025).**-----

Então, e não havendo qualquer intervenção sobre a referida Ata, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com cinco votos de abstenção.-----

----De referir que os votos de abstenção pertenceram aos Senhores (as) António Correia Constantino; Sandra Maria Prates Lopes; Joaquim Manuel de Oliveira Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Montargil; João Miguel Ramos Alves Serra e Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, pelo facto de não terem estado presentes na referida sessão da Assembleia Municipal. -----

----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao plenário a correspondência recebida, nomeadamente, os requerimentos de justificação de faltas

Rodrigues
João Pedro

dos seus membros, bem como uma carta da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais convidando os membros da Assembleia Municipal a participarem num Seminário online de Colaboração e Desenvolvimento Local no Município de Braga. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a lembrar que, apesar de não ter sido enviado uma convocação oficial, foi enviado um convite para todos os membros deste órgão, no sentido de estes comparecerem na sessão solene da Assembleia Municipal de Ponte de Sor relativa às comemorações do 25 de Abril, começando esta, às dez horas e cinco minutos no Teatro-Cinema de Ponte de Sor.

----O Senhor Fernando Manuel Branco Rodrigues interveio para dizer que não estaria presente por motivos pessoais.-----

----De seguida o Senhor João Pedro Xavier Abelho Amante tomou da palavra para chamar a atenção sobre a legalidade da convocação para tal sessão, já que, esta é uma sessão extraordinária e que por isso, devia obedecer aos tramites legais, nomeadamente, da sua convocação. Concluiu dizendo que, apesar de se sentir convocado, talvez fosse mais aconselhável existir uma convocatória em vez de um convite.-----

----O Senhor José Manuel Rebocho Esporeta, Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Arrão interveio dizendo que concorda com a observação do Senhor João Pedro Xavier Abelho Amante e que é uma situação que deve ser corrigida. -----

----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou nota das observações e pediu desculpa pelo sucedido.-----

----Tomou da palavra o Senhor João Miguel Ramos Alves Serra para referir que segundo parece, a empresa brasileira que desenvolveu originalmente o avião, que agora se apelida de “avião português”, está a acusar a CEiiA – Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Évora, de violação de propriedade intelectual. Adiantou que a ser verdade é uma acusação grave e que o município de Ponte de Sor, sendo uma parte interessada neste processo, devia dar explicações. Por outro lado, referiu que segundo consta, a fase de assemblagem do “avião português” vai ser feita afinal no Brasil, tendo perguntado também, quando é que previsivelmente iriam começar esses trabalhos. Por último, concluiu a sua intervenção, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara, se tinha conhecimento da visita que o Partido Chega realizou à Delegação de Ponte de Sor da Cruz Vermelha Portuguesa e se ele tinha enviado alguma mensagem de desagrado aos elementos da direção daquela instituição. Concretizou um pouco mais, dizendo que é

“modus operandi” do Sr. Presidente enviar emojis de bonecos a chorar às instituições que dependem financeiramente da Câmara Municipal, quando não gosta de alguma coisa feita por elas, referindo ainda que, no seu entendimento, estas condutas são claramente abuso de poder, numa clara tentativa de condicionar e pressionar essas instituições e que, por isso, esses comportamentos têm que ser denunciados.-----

---O Senhor Vereador Rogério Eduardo Correia da Silva Alves, tomou da palavra para explicar que, atualmente, não há nenhum avião que tenha apenas uma nacionalidade. O sector da aeronáutica é um sector mundial e que nem as grandes companhias aéreas fazem um avião num único país. Quando se diz, com muito orgulho, que é o primeiro avião português significa, que pela primeira vez, vai sair uma aeronave a voar em Portugal, mais concretamente em Ponte de Sor, cuja assemblagem vai ser feita totalmente neste país. Adiantou que este processo de desenvolvimento da aeronave é um processo sério, que tem parceiros confiáveis, que envolve muito financiamento e esforço de muitas entidades, nomeadamente, da Força Aérea Portuguesa. Referiu que, de facto, há peças que vêm de fornecedores brasileiros, mas também, há fornecedores de vários países envolvidos neste processo. Concluiu dizendo que felizmente é mais um investimento que veio para o concelho. -----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou da palavra para dizer que era só o que faltava ter que dar explicações neste órgão, sobre comportamentos que toma a nível pessoal, nas suas redes sociais pessoais, caso contrário, tínhamos que começar a comentar neste órgão, todos os comportamentos que todos os membros da Assembleia Municipal tomam a nível pessoal. Adiantou que teve conhecimento da notícia que dava conta da visita do Partido Chega à supracitada instituição e que a reencaminhou para duas pessoas amigas, porque achou estranho o conteúdo da mesma, já que, ali se refere que o Município de Ponte de Sor não apoia a referida delegação da Cruz Vermelha, o que, adiantou não corresponder à verdade e que é muito fácil demonstrar isso, bastando olhar para os recursos que essa instituição tem hoje, comparativamente, com aqueles que tinham há uns anos atrás. Concluiu a sua intervenção dizendo, que não tem que dar explicações a nenhum dos presentes, sobre atitudes e comportamentos que toma a nível pessoal e que se alguém achar que se justifica, que participe e denuncie essas situações junto das entidades competentes.-----

---Depois interveio o Senhor António Correia Constantino, que em nome de toda a



bancada do Partido Socialista, agradeceu o nobre gesto dos donos dos terrenos que permitiram gratuitamente que uma estrada provisória atravessasse as suas propriedades em benefício da população de Foros do Mocho, impedindo assim, que esta ficasse isolada fruto da destruição do pontão de Foros do Mocho. Também agradeceu o esforço desenvolvido pelo Município de Ponte de Sor em colaboração com o Exército Português, no sentido de terem encontrado uma solução provisória que passou pela montagem de uma ponte que permitiu a sua utilização pela população durante dois anos e meio. Foi um período difícil, de muita angústia, mas felizmente já foi ultrapassado pela construção em definitivo de uma nova ponte. Deste modo, fica também o elogio merecido àqueles que mais sofreram com esta situação, que foi indubitavelmente a população de Foros do Mocho.-----

----De seguida, interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Montargil que se congratulou com a presença de alguns membros da Assembleia Municipal na inauguração da ponte de Foros do Mocho, no entanto, manifestou o seu desagrado pela demora que todo o processo teve até à construção da nova ponte, achando que é inadmissível que todo este processo tenha demorado mais de dois anos e meio até estar resolvido com um claro prejuízo diário para a população.-----

----Posteriormente, interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Arrão que frisou que recentemente passaram os primeiros cento e oitenta dias da inauguração do Centro Interpretativo de Molinologia de Foros de Arrão. Adiantou tratar-se de um espaço que é fruto da aposta do Município em canalizar recursos e investimentos para as freguesias do concelho e que esta aposta é fundamental para a dinamização sociocultural das mesmas. Concluiu a sua intervenção dizendo, que o Centro Interpretativo de Molinologia de Foros de Arrão, já foi visitado por mais de mil e quinhentas pessoas, sendo um espaço que muito orgulha a população.-----

----Depois o Senhor Alex Conceição Silva, tomou da palavra para solicitar esclarecimentos ao Executivo Camarário sobre as iniciativas que estão previstas ocorrer durante Semana da Juventude em Ponte de Sor. -----

----O Senhor Vereador Eduardo Miguel Oliveira Alves tomou da palavra para explicar que a Semana da Juventude vai decorrer de vinte e seis a trinta e um de maio. É um evento inédito em Ponte de Sor, que já estava previsto no Plano Municipal da Juventude de Ponte de Sor. A concretização deste evento significa que este plano é para ser levado a sério.

Adiantou que a Semana da Juventude vai ter vários eventos, nomeadamente, de índole desportiva, cultural e musical. A nível desportivo destacam-se o três para três, o basquetebol e o padel. Vai ter cultura com os estudantes de artes a exporem as suas obras no Centro de Artes e Cultura. Também vai ter uma unidade móvel de saúde em permanência na escola e fora dela a acompanhar vários temas de saúde dedicados aos jovens do concelho. Vai ter também atividades inclusivas, designadamente, boccia e futsal adaptado. Vai ter cidadania, pois, vai estar presente um eurodeputado a fazer uma palestra aos jovens. A nível musical, o cartaz de sexta-feira será preenchido por artistas naturais e residentes no concelho. Concluiu dizendo que, independentemente, das várias atividades que irão decorrer, este evento valoriza sobretudo o talento e a força dos jovens do concelho de Ponte de Sor. -----

Posteriormente e não havendo mais qualquer intervenção no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, entrou-se de seguida no **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, que foi com tal finalidade, que a sessão havia sido convocada.-----

PONTO UM – N.º 7744 - Apreciação e tomada de conhecimento da informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como, da situação financeira do mesmo, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara para frisar a disponibilidade financeira do Município acima de seis milhões de euros. Uma dívida a fornecedores que é das mais baixas de sempre do Município. Relativamente ao mapa de empreitadas do Município, frisou, nomeadamente, a assinatura da escritura do terreno para se poder finalmente dar execução ao Plano de Valorização da Albufeira de Montargil, ou seja, irá começar nos próximos dias a empreitada da primeira praia fluvial na Albufeira de Montargil. Adiantou também que já houve a confirmação da aprovação da candidatura do financiamento para



a reabilitação da escola de Montargil. Frisou que dos vinte milhões de euros disponibilizados pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência para o Alentejo, o concelho de Ponte de Sor captou sensivelmente quinze milhões graças ao mérito e maturidade dos seus projetos, para a reabilitação da Escola Joao Pedro de Andrade e para a escola de Montargil.-----

----Tomou da palavra o Senhor João Miguel Ramos Alves Serra para confrontar o Executivo Camarário com os prazos de execução da empreitada da Casa do Povo que já foram amplamente ultrapassados pela empresa VOMERA e por isso solicitava esclarecimentos sobre essa situação.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou da palavra para lamentar o impacto que essa empreitada tem no quotidiano da população. Adiantou que a empreitada tem um atraso que vai para além do que é admissível e que por isso, foi sancionada com a aplicação de uma multa cujo montante é calculado nos termos da lei. A estimativa para a conclusão da empreitada é até ao início do mês de junho do presente ano.-----

----Posteriormente interveio, o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro perguntando se a audiência de julgamento relativamente ao processo da tapada do telheiro será previsivelmente no próximo mês de junho.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou não estar ciente da data de audiência de julgamento desse processo, mas adiantou que as negociações entre os proprietários e o Município continuavam a decorrer em simultâneo com o referido processo judicial.-----

----O Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo tomou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre a empreitada de colocação de taludes na zona ribeirinha em Ponte de Sor. Afirmou que, ao contrário da documentação faz querer, a referida empreitada já está em fase de execução e que segundo observou, estão a decorrer trabalhos de enrocamento de pedra junto do talude da margem direita, perguntando se é mesmo assim que o talude vai ficar.-----

----O Senhor Vereador Rogério Eduardo Correia da Silva Alves, tomou da palavra para explicar que aquilo que se vislumbra atualmente na empreitada é o que vai ficar, ou seja, o talude vai ter o aspeto de enrocamento, já que, a impermeabilização de taludes em zonas ribeirinhas já não se utiliza. -----

----De seguida, o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo perguntou se a solução encontrada para o talude tinha sido precedida por alguma simulação hidráulica ou por algum estudo especializado. Acrescentou que tem reservas em relação à solução encontrada para o talude, fruto de um eventual desprendimento dessas mesmas pedras que estão agora a ser colocadas.-----

----O Senhor Vereador Rogério Eduardo Correia da Silva Alves retorquiu dizendo que a solução encontrada para o talude foi desenvolvida por gabinetes técnicos especializados nestas matérias e que é uma solução bastante melhor do que aquela que lá está atualmente.-----

-----Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento da informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como, da situação financeira do mesmo, de acordo com a alínea e) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

PONTO DOIS - 7752 - Apreciação e aprovação do Relatório e contas de 2024 do Município de Ponte de Sor, de acordo com a alínea l) do nº 2 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou da palavra para referir que à semelhança dos outros anos a Diretora do Departamento de Finanças e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Ponte de Sor, a Senhora Maria Adelaide Feitinha da Silva Rosa iria fazer a apresentação do referido relatório.-----

----Deste modo, a Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Desenvolvimento da

Freix
José
A

Câmara Municipal de Ponte de Sor fez uma apresentação esclarecedora e bastante exaustiva do referido relatório, tendo frisado que houve um aumento da receita proveniente da derrama, que reflete o dinamismo económico do concelho. Destacou como principais investimentos, nomeadamente, as empreitadas do Jardim da Casa do Povo; a nova ponte em Foros do Mocho; a empreitada de requalificação da Avenida Garibaldi de Andrade em Ponto de Sor; as obras de construção e concertação de arruamentos e obras complementares no concelho; bem como, a obra de ampliação e remodelação do Canil Municipal e as obras de recuperação de edifícios no âmbito do Programa Primeiro Direito.-----

----Por outro lado, referiu também que o Município de Ponte de Sor tem uma dívida a fornecedores de vinte e oito mil euros e não tem, nem contratualizou qualquer empréstimo bancário. Destacou que o resultado líquido foi de (2.080.651,00€) dois milhões, oitenta mil e seiscentos e cinquenta e um euros. Terminou a sua intervenção dizendo que a situação financeira é robusta e que o Município de Ponte de Sor é um município de contas certas.-----

----Tomou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para agradecer a apresentação detalhada do relatório, bem como, o empenho dos serviços envolvidos na elaboração do mesmo. Tendo destacado as contas robustas e certas do Município de Ponte de Sor. Mais clarificou que, no documento denominado Mensagem, subscrito por si, e parte integrante do Relatório e Contas (2024), verificou um erro de escrita, pois onde consta: “apresentamos um resultado líquido positivo de dois milhões oitocentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e um euros, deverá ler-se: “apresentamos um resultado líquido positivo de dois milhões, oitenta mil e seiscentos e cinquenta e um euros.”-----

----Depois o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Arrão interveio para parabenizar o Executivo Camarário pelas contas certas apresentadas tendo referido, que ao contrário que muitos possam pensar, este facto, é difícil de se conseguir. Fazer obra, pagar o que se deve a tempo e horas, não deixar dívida para aqueles que virão, não é tarefa fácil. Acrescentou que isto só se consegue com muito empenho e com muita competência e que tem muito orgulho pelo trabalho desenvolvido pelo Executivo Camarário.-----

----O Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo tomou da palavra para dizer que não partilha do entusiasmo dos membros do Partido Socialista relativamente à análise das contas plasmadas no relatório. Acrescentou que no tópico sobre as transferências para as

associações sem fins lucrativos, o relatório faz referência a um aumento de novecentos e oitenta mil euros para a ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor de apoios concedidos, não fazendo qualquer alusão ao valor total dos apoios. Terminou a sua intervenção questionando sobre o valor que a Câmara Municipal paga ao Portugal Air Summit e vendo que se trata de uma verba muito avultada que sai do erário público, quais são as medidas de controlo e de monitorização que o Município usa sobre essa transferência.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município tem apresentado as contas todas sempre que é organizado o Portugal Air Summit, adiantando que mesmo hoje será apresentado como de costume, o Relatório de Atividades do Aeródromo de Ponte de Sor, onde pode aferir o impacto do Portugal Air Summit e as respetivas contas. Acrescentou que a ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor é parceira do Município e este evento que está relacionado com sistemas de incentivo ao investimento; à internacionalização das atividades têm linhas de financiamento comunitário que só podem ser candidatas através de associações como a ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor. Há muitos que não gostam, mas o Portugal Air Summit tem sido o principal instrumento promotor da internacionalização do Aeródromo de Ponte de Sor e do cluster aeronáutico de Ponte de Sor. Adiantou também que é óbvio que o Município controla e monitoriza o destino que é dado a essas verbas que são transferidas para a ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor até porque as contas dos vários eventos são apresentadas nos órgãos municipais competentes. Por fim, afirmou que estes eventos, apesar de envolverem grandes verbas, são financiados por fundos comunitários entre os oitenta a noventa por cento.-----

----O Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo interveio para esclarecer que não tem nada contra o Portugal Air Summit, nem contra ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor e que só quer ser esclarecido sobre o custo total dessa (s) transferência (s) que é feita pelo Município de Ponte de Sor para a ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor e quais as formas que o Município tem para fazer o controlo e monitorização desse dinheiro até porque receia e vendo que o Município está obrigado ao cumprimento do Código da Contratação Pública, que esteja a usar a referida associação para contornar algumas obrigações legais impostas por aquele código.



----O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o aumento da verba transferida para a ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor no valor de novecentos mil euros para a realização do Portugal Air Summit deve-se ao facto de no ano de dois mil e vinte e três se ter mudado a sua realização de anual para bienal, assim, em dois mil e vinte e quatro foi retomado o modelo internacional, em dois mil e vinte e cinco não haverá evento e tudo indica que só em dois mil e vinte e seis é que irá ser organizado novamente. Deste modo e dependendo das edições o evento custa na sua totalidade, sensivelmente, entre os novecentos mil a um milhão e duzentos mil euros sendo sempre financiado por fundos comunitários. O Portugal Air Summit é um evento que só será sustentável se tiver financiamento, até porque tem uma receita na ordem dos trinta por cento do seu orçamento.-----

----A Senhora Mónica Simaura Martins Vital interveio para perguntar e atendendo aos valores recebidos pela ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor, se há alguma verba que seja destinada ao mercado local até porque lhe têm chegado relatos sobre uma estagnação da dinâmica do comércio local.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município só subsidia a ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor para projetos previamente definidos e específicos, como o são, nomeadamente, o Portugal Air Summit e os Bairros Digitais. Acrescentou que todas as iniciativas que visem dinamizar o comércio local, o Município irá apoiar. -----

----Posteriormente interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Arrão realçando que a ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor tem órgãos próprios e que estes assuntos não deviam ser debatidos na Assembleia Municipal. Acrescentou que se os comerciantes e empresários do concelho não estão satisfeitos devem-se dirigir ao órgão próprio para os resolver e que quando eles são convocados para comparecerem nas reuniões daquela associação, infelizmente, poucos são os que comparecem, como foi o caso da última assembleia geral. -----

-----Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quinze (15) votos a favor, quatro (4) abstenções e dois (2) votos contra, aprovar o do Relatório e contas de 2024

do Município de Ponte de Sor, de acordo com a alínea l) do nº 2 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

De referir que os votos a favor pertenceram a catorze (14) elementos do Partido Socialista (PS) e a um (1) elemento do Partido Chega (CH), enquanto que os votos de abstenção pertenceram aos três (3) elementos da CDU – Coligação Democrática Unitária, e a um (1) elemento independente (Senhor Rui Jorge Dias Figueira de Sousa). Os dois (2) votos contra pertenceram aos elementos da Coligação “Sim é Possível Fazer Melhor” (PPD/PSD - CDS-PP).-----

A CDU – Coligação Democrática Unitária apresentou a seguinte declaração de voto, a qual, se transcreve na íntegra: "*A avaliação deste relatório leva-nos a um voto de abstenção. Esta posição é suportada em opções e prioridades políticas da maioria do PS que na generalidade não subscrevemos e que o relatório financeiro evidentemente reflete e traduz, e também nas ressalvas e condicionamentos técnicos que constam do relatório do ROC, algumas das quais com nota de apelo reiterado, para nos devolver a verdade plena às agora auto elogiadas “contas mais que certas” a que se refere a nota introdutória do documento.*"-----

PONTO TRÊS - 7794 – Tomar conhecimento do Parecer do Revisor Oficial de Contas, do Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras e do Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria sobre a Situação Económica e Financeira do Município, a 31 de dezembro de 2024;-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata de um documento técnico e que a Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Ponte de Sor, bem como, o Doutor Carlos Grenha estariam

Diário

[Handwritten signature and initials]

disponíveis para prestar quaisquer esclarecimentos que fossem necessários.-----

----O Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo interveio para afirmar, que da análise do documento, ressalta uma falta de coerência do executivo, já que, dizem que as contas do Município estão muito boas, mas não é isso que se lê no Parecer do Revisor Oficial de Contas, já que, este sentiu necessidade de colocar no seu parecer reservas, relativamente, ao que é descrito no exercício de dois mil e vinte e quatro, com implicação no reconhecimento nos resultados do exercício, no património pífio e nos resultados transitados. Afirmou que o parecer do Revisor Oficial de Contas apresenta quatro reservas, relativamente, às contas do Município, três por limitação de âmbito e uma por desacordo. Por outro lado, lamentou que o parecer do Revisor Oficial de Contas apresente este tipo de recomendações e de preocupações, ainda para mais, relativamente, a um executivo em fim de mandato, que teve muito tempo para os resolver como era sua obrigação, nomeadamente, e citando apenas uma delas “(...) *o sistema de controlo interno do Município poderá ser visto e atualizado para fazer face às suas necessidades atuais (...)*”. Atendendo a esta observação do Revisor Oficial de Contas, pergunta-se por que é que, nestes anos todos, não atualizaram o sistema de controlo interno do Município. Relativamente, ao Plano de Gestão de Riscos da Corrupção e de Infrações Conexas do Município, referiu que este, remonta ao ano de dois mil e nove. Considerou intrigantes, as observações realizadas pelo Revisor Oficial de Contas que menciona que “(...) *deve ser efetuado acompanhamento exaustivo das obras em curso, de modo a averiguar se estão concluídas ou se estão prontas a ser utilizadas (...)*” e que sugere uma reclassificação dos depósitos bancários dizendo “(...) *recomendamos que os depósitos (...) sejam reclassificados (...)*”.-----

----Fez referência ainda ao eventual risco de distorções materiais relativamente à concessão das Águas do Alto Alentejo chamando a atenção para o risco de eventuais lacunas orçamentais. -----

----Terminou a sua intervenção agradecendo o parecer elaborado, acrescentando que fica claro que há um conjunto de preocupações que marcam Executivo Camarário relativamente ao ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou da palavra para dizer quer a Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Ponte de Sor, quer, o Doutor Carlos Grenha estariam disponíveis para prestar quaisquer

esclarecimentos que fossem necessários, em todo o caso, acrescentou que lamenta que o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, só leia metade das frases do parecer técnico tendo acrescentado ainda, que não conhece nenhum relatório de nenhum Revisor Oficial de Contas que não faça recomendações e que seria muito estranho, que este, não as fizesse num Município com um orçamento de cerca de quarenta milhões de euros, com resultados líquidos de dois milhões de euros. Terminou a sua intervenção dizendo que percebe o descontentamento de alguns com estes resultados e que tenham que arranjar sempre qualquer coisa para criticar.-----

----De seguida, interveio o Sr. Carlos Grenha em representação da empresa Oliveira Reis & Associados, SROC – Revisor Oficial de Contas para referir que em relação à reclassificação das garantias é uma mera questão de reclassificação, não alterando o valor das mesmas, nem o valor do ativo. Relativamente, às obras em curso, os ativos fixos tangíveis em curso diminuiram significativamente de dois mil e vinte e três para o ano de dois mil e vinte e quatro. Considerou ser uma situação crítica em muitos municípios, acrescentando que esta situação não altera os valores reconhecidos em balanço e que a cada ano que passa, o Município de Ponte de Sor está a fazer um esforço para melhorar esta situação. Sobre o controlo interno, referiu que há a necessidade de se atualizar o normativo interno sobre esta temática, mas também no parecer do Revisor Oficial de Contas está a referência que esse documento, que irá atualizar o normativo interno, está atualmente em análise por parte do Executivo Municipal e que aguarda deliberação em sede da Câmara Municipal para a sua efetivação, o que certamente se fará brevemente. -

----Por último, referiu que esta certificação legal de contas não apresenta quatro de reservas, apresenta três reservas. Acrescentou que aquilo que apresenta quatro reservas é a certificação legal das contas das Águas do Alto Alentejo, sendo, portanto, coisas diferentes. As três reservas identificadas dizem respeito a três situações muito específicas. A primeira reserva, que não é responsabilidade do Município, é um problema da autoridade central, nomeadamente, do Ministério da Educação e dos Serviço Centrais das Finanças diz respeito à falta de listagem da totalidade do equipamento e dos edifícios que foram transferidos para os Municípios no âmbito da cedência de competências na área da educação e por isso, constitui reserva porque o município está a usar edifícios e equipamentos que não estão a ser reconhecidos nas contas do mesmo. A segunda reserva está relacionada com a observação feita pelo Revisor Oficial de Contas relativamente à

Boalif

[Handwritten signature]

empresa das Águas do Alto Alentejo e aí sim, há quatro reservas, três delas por limitação de âmbito, pois, não sabemos que potenciais efeitos que essas limitações âmbito poderão ter nos números da participada Águas do Alto Alentejo e conseqüentemente, a consequência que essas limitações poderiam ter nas contas do Município. A última reserva está relacionada unicamente com o título de propriedade da Tapada do Telheiro e já não se prende com o valor do referido terreno. -----

----O Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo tomou da palavra para dizer que as perguntas que fez eram direcionadas para o executivo municipal e que também ele sabe analisar e compreender o que está escrito no parecer e aquilo que lá está com toda a clareza é uma reserva em relação ao exercício fiscal do ano de dois mil e vinte e quatro e que sabe muito bem, quais são os problemas de muitas das concessões acrescentando que há outras concessões para além daquelas mencionadas pelo parecer, como o são, por exemplo a VALNOR e as Águas do Vale do Tejo. -----

----De seguida, interveio o Sr. Carlos Grenha dizendo que a única concessão existente no município, do ponto de vista contabilístico, é a concessão de electricidade à E-Redes.-----

-----Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento do Parecer do Revisor Oficial de Contas, do Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras e do Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria sobre a Situação Económica e Financeira do Município, a 31 de dezembro de 2024;-----

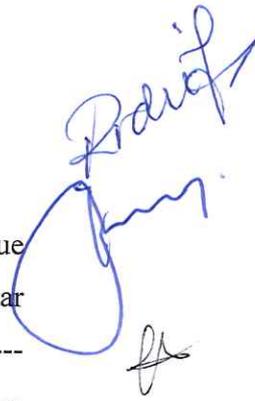
PONTO QUATRO – 5352 - Apreciação e aprovação do Regulamento Municipal de Obras e Trabalhos no Espaço Público relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas, de acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de

documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Senhor Vereador Luís Manuel Jordão Serra que explicasse o que estava em causa, tendo este, esclarecido que o regulamento é uma imposição que decorre da lei. Adiantou que a instalação de infraestruturas de utilidades públicas em espaços do domínio público e privado municipal tem conhecido um considerável crescimento nos últimos anos, motivado em especial pelo aumento da acessibilidade às redes de comunicações eletrónicas. Este crescimento leva a que seja cada vez mais frequente a realização de trabalhos no espaço público, com vista, não só à instalação dessas redes, como às operações relacionadas com a sua manutenção e reparação, tornando-se necessário, face às necessidades crescentes de regulamentar a instalação de infraestruturas de utilidades públicas e às obrigações que decorrem da legislação aplicável, especialmente em matéria de comunicações eletrónicas, que o Município de Ponte de Sor, no quadro das atribuições que lhe estão atribuídas pela lei, discipline a utilização dos domínios públicos e privado municipais, em especial do solo e subsolo, com vista à instalação de infraestruturas. Esclareceu que por isso, foi elaborado o referido Regulamento que visa estabelecer as condições de realização de trabalhos no espaço público com vista à instalação, construção, alteração, substituição, manutenção ou reparação de infraestruturas de redes elétricas, de comunicações eletrónicas, de televisão por cabo, de gás, de águas e esgotos, independentemente da natureza da entidade responsável, bem como, a atribuição dos direitos de passagem no domínio público e sua utilização.-----

----O Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo tomou da palavra para dizer que tem uma dúvida relativamente ao âmbito de aplicação deste regulamento. Não entende se o presente regulamento se aplica apenas às infraestruturas e às “utilities” – como a água, gás, eletricidade e equiparados, ou também se aplica, nomeadamente, às infraestruturas viárias. Por outro lado, a rede de combate a incêndios não é intervencionada. A rede de águas pluviais também não é intervencionada. Sugeriu que o âmbito de aplicação deste diploma ficaria melhorado, se fosse contemplado este tipo de infraestruturas. Referiu que não entende se o regulamento se aplica às obras municipais. Por outro lado e relativamente à sinalização, lembrou que está uma obra praticamente concluída na rede



viária relacionada com a intervenção na margem esquerda do Rio Sor. Acrescentou que se trata de uma obra fracamente sinalizada que felizmente está no fim e que é de lamentar este tipo de situações.-----

----Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar do Regulamento Municipal de Obras e Trabalhos no Espaço Público relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas, de acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

PONTO CINCO – N.º 5794 - Aprovação da adesão do Município de Ponte de Sor ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia;-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Senhor Eduardo Miguel Oliveira Alves que explicou que o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia é uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia, de adesão voluntária, disponível desde 1 de novembro de 2015 que resultou da junção das iniciativas prévias Covenant of Mayor e Mayors Adapt promovidas pela União Europeia, a primeira dirigida à mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a segunda à adaptação às alterações climáticas. Reúne autoridades locais e regionais que se comprometem voluntariamente com a implementação dos objetivos da União Europeia para o clima e energia no seu território. Acrescentou que os municípios signatários partilham uma visão de tornar as cidades descarbonizadas e resilientes, onde os cidadãos têm simultaneamente, acesso a energia segura, sustentável, acessível e renovável. As Cidades, ao subscreverem o Pacto,

comprometem se, nomeadamente, a reduzir as emissões de CO2 (e eventualmente de outros gases com efeito de estufa) no seu território em pelo menos 40 %, até 2030, designadamente mediante um reforço da eficiência energética e de um maior recurso às fontes de energia renováveis; a aumentar a resiliência do território, adaptando se aos impactes das alterações climáticas; a garantir a produção dos estudos e informação necessária no âmbito do Pacto, incluindo a de monitorização, que poderá resultar em necessidades de ajuste aos planos definidos com vista ao cumprimento dos objetivos. ---
----Adiantou que a adesão ao Pacto de Autarcas está intrinsecamente ligada ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e é indispensável para o cumprimento do ODS 13 Ação Climática, pois o mesmo contribui para fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação a desastres relacionados com o clima, bem como, integrar medidas relativas às alterações climáticas nas políticas e planeamento. Por último, acrescentou ainda que a adesão ao Pacto de Autarcas também irá permitir o acesso posterior a financiamentos de programas de cooperação transfronteiriça.-----

----Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão do Município de Ponte de Sor ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia.-----

PONTO SEIS – N.º 7089 - Tomar conhecimento do Relatório Anual de Atividades e do Relatório de Medição de Desempenho dos Serviços Prestados pelo Aeródromo Municipal de Ponte de Sor durante o ano de 2024;-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal enalteceu a apresentação do Relatório Anual de Atividades do Aeródromo, nos dois órgãos municipais que só demonstra a

Rodrigo

[Handwritten signature]

transparência da forma de trabalhar deste Executivo Municipal, dando a palavra ao Senhor Vereador Rogério Eduardo Correia da Silva Alves, tendo este, referido na sua apresentação que o Aeródromo de Ponte de Sor tem, cada vez mais, visibilidade internacional, já que, o referido aeródromo é o melhor e o mais equipado Aeródromo nacional. Atualmente, no Aeródromo de Ponte de Sor estão instaladas catorze empresas; quinhentos e setenta e oito postos de trabalho diretos; mil duzentos e setenta e quatro alunos formados desde do ano de dois mil e quatorze, entre pilotos de avião comercial e outras profissões do sector. Um grande esforço de internacionalização do “cluster” aeronáutico de Ponte de Sor alicerçado em dois pilares – o Air Summit, que é o evento promocional de excelência do “cluster” aeronáutico de Ponte de Sor; e a participação em feiras internacionais onde se tem conseguido captar muitos investimentos. Referiu também que as catorze empresas, dividem-se em quatro grandes áreas de atividade, escolas de aviação; manutenção de equipamento aeronáutico/aeronaves; produção de aeronaves não tripuladas e por último os meios aéreos da Proteção Civil. Relativamente à gestão financeira do Aeródromo e tendo em conta, o aumento da receita oriunda das rendas pagas pelos novos “players”, aquilo que é expectável, é que a atividade do Aeródromo seja cada vez mais sustentável financeiramente. Destacou ainda, os resultados operacionais que foram positivos, sendo de quarenta e oito mil euros. -----
----Sobre o Portugal Air Summit mencionou que o evento custa em média ao Município, sensivelmente, cento e cinquenta mil euros por evento, tendo um impacto no volume de negócios na ordem dos cento e trinta milhões de euros, nas diversas empresas envolvidas direta e indiretamente com o evento. Relativamente ao futuro, o Aeródromo está atualmente envolvido em três Agendas Mobilizadoras, embora a EuroNext Portugal tenha mais impacto em Ponte de Sor, pois, permite para além do fabrico do primeiro avião português, que a Tekever esteja a desenvolver uma aeronave não tripulada com cerca de doze metros de envergadura de asa, que será resultante de um investimento de cerca de setenta e três milhões de euros, investidos diretamente em Ponte de Sor que irá criar entre cento e cinquenta a trezentos postos de trabalho nos próximos anos. Por outro lado e no âmbito das outras duas Agendas Mobilizadoras, também há a intenção de se instalar um radar para se monitorizar o lixo espacial no Aeródromo de Ponte de Sor e também existe o planeamento para se avançar em projetos que visem a construção de satélites. Terminou a sua intervenção dizendo que o Aeródromo de Ponte de Sor é uma alavanca muito

importante do desenvolvimento do concelho e do Alentejo.-----

----O Senhor João Miguel Ramos Alves Serra interveio para dizer que as contas do Aeródromo não foram apresentadas com o mesmo detalhe, como são apresentadas as contas do Município e que essa situação devia ser retificada, facultando aos presentes esses dados, para que se possa analisar com rigor a parte financeira do Aeródromo de Ponte de Sor. -----

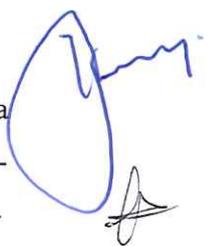
----O Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo tomou da palavra para dizer que o relatório em análise sobre o Aeródromo, devia ser, igualmente, auditado por uma entidade externa, a bem da transparência e do rigor. Posteriormente, considerou que seria importante que se conhecesse, desde já, os objetivos do Aeródromo para o ano de dois mil e vinte e cinco, já que, no relatório só aparecem os objetivos do ano transato. Referiu também que no relatório, mais concretamente na parte do inquérito junto dos utilizadores do Aeródromo, lê-se que se obteve sessenta e seis respostas, sendo o relatório omissivo relativamente ao número de inquéritos enviados. Por outro lado, adiantou que numa dessas respostas faz-se referência à recorrente presença de aves no espaço aéreo, tendo a equipa técnica do Aeródromo dado como solução para esse problema, apenas, a monitorização das mesmas. Acrescentou que considera ser insuficiente essa resposta, deixando a sugestão de se recorrer ao serviço de falcoaria da Coudelaria de Alter do Chão para se minimizar/resolver o problema.-----

----O Senhor Vereador Rogério Eduardo Correia da Silva Alves tomou da palavra para dizer que ser mais transparente do que aquilo que têm sido é muito difícil, até porque não é obrigação legal fazer a apresentação deste assunto. Relativamente, à sugestão de se auditar as contas, todo o crescimento do Aeródromo aponta nesse sentido e possivelmente se irá evoluir para esse modelo de as contas serem auditadas por uma entidade externa independente. Relativamente aos inquéritos, é uma questão bastante técnica, em todo o caso, estes são obrigatórios, são aprovados pela ANAC – Autoridade Nacional de Aviação Civil e acrescentou que partia do princípio que estava tudo correto.-----

----O Senhor João Miguel Ramos Alves Serra interveio para perguntar se fazia sentido ou não que o Aeródromo fosse transformado em empresa municipal.-----

----O Senhor Vereador Rogério Eduardo Correia da Silva Alves tomou da palavra para dizer que o modelo de governança do Aeródromo é um tema que preocupa e tem que ser melhorado, daí se ter encomendado um estudo, que se encontra já na fase final, sobre a

Proibido



governança que melhor se aplica ao Aeródromo e uma dessas soluções encontrada, aponta para a criação de uma empresa municipal.-----

----Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento do Relatório Anual de Atividades e do Relatório de Medição de Desempenho dos Serviços Prestados pelo Aeródromo Municipal de Ponte de Sor durante o ano de 2024.-----

PONTO SETE – 6566 - Apreciação e aprovação dos Planos de Ação para a Prevenção e Gestão de Resíduos Urbanos (PAPERSU).-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

O Senhor Vereador Eduardo Miguel Oliveira Alves tomou da palavra para fazer a apresentação dos Planos de Ação para a Prevenção e Gestão de Resíduos Urbanos (PAPERSU). Adiantou que os Planos de Ação para a Prevenção e Gestão de Resíduos Urbanos (PAPERSU), daqui em diante, designado apenas por PAPERSU, é um Plano com que os municípios e as entidades intermunicipais definem as suas diretivas do PERSU – que são os planos nacionais ao nível dos resíduos sólidos urbanos. O PAPERSU serve para estabelecer compromissos, obrigações e metas com que os municípios se vinculam até ao ano de dois mil e trinta ao nível da redução de resíduos, reciclagem dos mesmos, resíduos de aterro e na sensibilização da comunidade. Adiantou que o Município de Ponte de Sor faz parte do lote dos trinta a quarenta por cento dos municípios a nível nacional que já têm o seu PAPERSU aprovado pelas entidades competentes. Terminou a sua intervenção dizendo que o sector dos resíduos é atualmente muito complexo que vai sofrer grandes transformações nos próximos anos e que vai exigir um

foco muito assertivo por parte dos municípios nestas matérias, até porque vão implicar investimentos e conhecimento acumulado e ambição para se acompanhar o ritmo destas novas dinâmicas. -----

---Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezoito (18) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar os Planos de Ação para a Prevenção e Gestão de Resíduos Urbanos (PAPERSU).-----

De referir que os votos a favor pertenceram a catorze (14) elementos do Partido Socialista, a dois (2) elementos da Coligação “Sim é Possível Fazer Melhor” (PPD/PSD - CDS-PP), a um (1) elemento do Partido Chega e a um (1) elemento independente (Senhor Rui Jorge Dias Figueira de Sousa), enquanto que os votos de abstenção pertenceram aos três (3) elementos da CDU – Coligação Democrática Unitária.-----

PONTO OITO – N.º 7349 - Tomar conhecimento do Relatório Anual de Atividade de 2024 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponte de Sor.-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

---A Senhora Sandra Isabel Silvério Dias, representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) - de Ponte de Sor tomou da palavra para fazer a apresentação do Relatório Anual de Atividade de 2024 daquela instituição. Neste sentido e relativamente à atividade processual daquela instituição afirmou que não há muitas diferenças em relação ao ano transato, contudo, houve um volume processual de entradas de cento e setenta e nove processos. Em termos de escalão etário e sexo, a idade da pré-

Rodrigues

[Handwritten signature]

adolescência é onde há mais processos de promoção e de proteção e com maior incidência em indivíduos do sexo masculino. Adiantou também que a entidade que mais sinaliza, situações de risco como por exemplo situações de bullying, de violência doméstica, de comportamentos autolesivos é a Guarda Nacional Republicana. Afirmou que a violência doméstica foi a problemática mais sinalizada, seguida de problemas relacionados com tráfico e consumo de estupefacientes, bem como, de situações de alcoolismo. Situações de negligência são situações que surgem frequentemente embora sejam difíceis de comprovar. Frisou, igualmente, que durante o período em análise não aplicou nenhum processo de urgência que normalmente passam pela retirada das crianças das respetivas famílias, contudo, cerca de quarenta processos foram reencaminhados para o Ministério Público. Destacou que terminaram o ano em análise com quarenta processos ativos e que atualmente têm cerca de cinquenta processos. Frisou que o problema da saúde mental é cada vez mais um problema que afeta as famílias com repercussão clara no bem-estar das crianças e não se estão a dar respostas satisfatórias a esta problemática. Por último e para terminar a sua intervenção, apelou que deviam ser repensadas as formas de apoio e de acompanhamento às famílias de forma mais regular porque só um acompanhamento regular muito direcionado irá permitir fazer a diferença e salvaguardar o bem-estar das crianças. -----

---A Senhora Sandra Maria Prates Lopes tomou da palavra para elogiar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponte de Sor destacando que a saúde mental é um assunto que necessita de ser analisado com muita seriedade, já que é um problema que está disseminado um pouco por toda a sociedade. Sugeriu que vendo que estamos a viver num território multicultural com cada vez mais imigrantes, que o relatório também fizesse referência e fizesse essa destrição nas situações analisadas.

---O Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo interveio para agradecer o trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponte de Sor perguntando se a Assembleia Municipal poderia fazer alguma coisa para melhorar o trabalho desenvolvido pela referida comissão.-----

---A Senhora Sandra Isabel Silvério Dias respondeu que será sempre positivo pensarmos todos enquanto comunidade que outras entidades podem trabalhar as questões das competências parentais, de modo, a salvaguardar os interesses e o bem-estar das crianças. Acrescentou que em Portalegre há uma entidade que trabalha competências parentais mas

que infelizmente, Ponte de Sor não é abrangido pelo raio de ação dessa entidade, adiantando que esse tipo de entidades seriam uma mais-valia para o concelho.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para agradecer a exposição clara e precisa do relatório, bem como, de todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela comissão. -----

---Não houve mais qualquer intervenção.-----

---**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento do Relatório Anual de Atividade de 2024 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponte de Sor.**-----

PONTO NOVE – N.º 6223 - Aprovação da Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de cooperação entre o Município de Ponte de Sor e o Município da Chamusca, que tem por objeto a cooperação na realização das obras de requalificação do troço rodoviário na EN 367 consubstanciada na alteração do valor base, por força do previsto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou da palavra para dizer que houve uma alteração da verba relacionada com este contrato interadministrativo, fruto de uma vicissitude do procedimento concursal e por isso, é necessário que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre esta matéria.-----

---Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Adenda

Rodriguez
[Signature]

ao Contrato Interadministrativo de cooperação entre o Município de Ponte de Sor e o Município da Chamusca, que tem por objeto a cooperação na realização das obras de requalificação do troço rodoviário na EN 367 consubstanciada na alteração do valor base, por força do previsto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

PONTO DEZ – N.º 7804 – Apreciação/Aprovação da proposta de inventário de todos os bens e respetiva avaliação da Câmara Municipal de Ponte de Sor, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou da palavra para dizer que este ponto da ordem do dia resulta de uma obrigação legal e tal como nos outros anos, agora é a vez da Assembleia Municipal se pronunciar sobre esta temática.-----

---Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezasseis (16) votos a favor e (5) cinco abstenções, aprovar a proposta de inventário de todos os bens e respetiva avaliação da Câmara Municipal de Ponte de Sor, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

De referir que os votos a favor pertenceram a catorze (14) elementos do Partido Socialista, a um (1) elemento do Partido Chega e a um (1) elemento independente (Senhor Rui Jorge Dias Figueira de Sousa), enquanto que os votos de abstenção pertenceram aos três (3) elementos da CDU – Coligação Democrática Unitária e aos

dois (2) elementos da Coligação “Sim é Possível Fazer Melhor” (PPD/PSD - CDS-PP).----

PONTO ONZE – N.º 7642 - Apreciação/Aprovação da Lista de Candidatos a Juizes Sociais para as causas de menores pendentes no Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sor, para exercício de funções no biénio 2025/2027, ao abrigo do previsto no DL n.º 156/78, de 30 de junho.-----

Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta Ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou da palavra para dizer que este decreto-lei define as competências do Município na elaboração desta lista, que foi um trabalho realizado pelo Serviço Jurídico do Município em colaboração com as entidades competentes. Desse trabalho resultou uma lista de candidatos e agora é a vez da Assembleia Municipal deliberar sobre esta matéria.-----

Não houve mais qualquer intervenção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Lista de Candidatos a Juizes Sociais para as causas de menores pendentes no Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sor, para exercício de funções no biénio 2025/2027, ao abrigo do previsto no DL n.º 156/78, de 30 de junho.-----

Terminado o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando de Oliveira Rodrigues, concedeu um **PERÍODO DESTINADO À AUDIÇÃO DO PÚBLICO**, de acordo com o número seis (6) do Artigo quadragésimo nono (49.º) da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze (75/2013), de doze (12)



de setembro, conjugado com os artigos décimo nono (19.º) e vigésimo quinto (25.º) e o número dois (2), do artigo trigésimo nono (39.º), do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezoito (18) de fevereiro de dois vinte e dois (2022) e toda a restante legislação em vigor, período no qual, houve duas intervenções.-----

----O Senhor Luís Armando Rodrigues Soeiro tomou da palavra para dizer que a sua intervenção está relacionada com uma carta/exposição que apresentou junto do Município de Ponte de Sor, bem como, na Junta de Freguesia de Galveias e na Assembleia de Freguesia de Galveias a denunciar uma fuga de água junto ao depósito de água de Galveias que durou dez dias que originou um desperdício de água enorme, tendo adiantado, que segundo conseguiu apurar, tratou-se de cerca de dezoito mil litros de água/hora de desperdício fora aquela que ficava nas pedras. Depois deste descalabro que durou dez dias, a empresa Águas do Alto Alentejo diz que resolveu prontamente a situação. Acrescentou que se prontamente significam dez dias, então estamos muito mal servidos. Depois, mostrou o seu descontentamento sobre o comentário que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez na altura na Assembleia Municipal aquando da apresentação da referida carta, dizendo que o Senhor Luís Soeiro devia estar zangado por não lhe ter sido atribuído contador de água no armazém que é sua propriedade. Acrescentou que não sabe quem informou o Senhor Presidente da Câmara disso, mas a verdade, é que tem água no armazém desde do ano de dois mil e treze. -----

----Depois referiu ainda, que nessa mesma carta/exposição mencionou que a referida empresa tinha cobrado taxas administrativas indevidamente, já que, os munícipes obrigados a pagar estas taxas por alegadamente não terem realizado o pagamento da fatura da água a tempo e horas, na verdade não tinham recebido as faturas e por isso não as podiam pagar. Considerou injusto e indevida a cobrança de taxas administrativas de seis ou sete euros pelo atraso no pagamento de tais faturas que afinal não tinham chegado ao destinatário de forma atempada.-----

----Tendo em consideração o orçamento de quarenta milhões de euros do Município, solicitou uma pequena verba para o arranjo da Rua do Senhor das Almas em Galveias, pois, em dias de chuva, essa rua transforma-se numa verdadeira ribeira, tendo acrescentado que tal situação é já do conhecimento dos serviços competentes da Autarquia. Por último, acrescentou que na mesma rua, está um carro abandonado que se

está a dismantelar sozinho de tão velho que está, mas que ninguém o consegue remover, apensar da Junta de Freguesia de Galveias já ter comunicado o problema ao Município de Ponte de Sor.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou da palavra para dizer que o Executivo Municipal tomou nota das situações descritas, acrescentando que iria fazer chegar às Águas do Alto Alentejo a situação apresentada. Terminou a sua intervenção, pedindo desculpa pelo eventual lapso que possa ter ocorrido relativamente à situação da água do seu armazém. -----

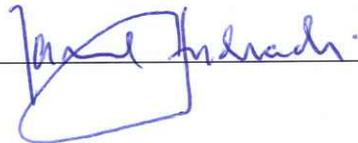
----Depois, o Senhor João José de Carvalho Taveira Pinto tomou da palavra para ler um texto sobre os narcisistas e as suas características sociais e psicológicas tendo, também, elogiado a obra deixada pelo Papa Francisco, lamentando, por isso, o seu falecimento. --

-----Então, e não havendo mais nada a tratar, e sendo vinte e três horas e cinquenta e oito minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos, do que para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários que constituíram a respetiva Mesa durante a respetiva sessão da Assembleia Municipal.-----

Fernando de Oliveira Rodrigues



Manuel António Cardoso Dias Andrade



Maria do Carmo da Silva Fortes Soares

